

LIMA BARRETO E AS CLASSES PERIGOSAS: RACISMO E EUGENIA NO COTIDIANO DA CAPITAL NACIONAL

Jorge Alves de Oliveira¹

José Euzébio De Oliveira Souza Aragão²

RESUMO: O fim do século XIX e início do século XX foi um momento de grandes transformações no Rio de Janeiro. O crescimento demográfico na capital do país provocado pelo grande movimento migratório e imigratório acelerou o processo de modernização urbana e a expansão imobiliária. A reboque de tudo isso surgiu a necessidade de intensas reformas tanto sociais quanto estruturais. Elas vieram com melhorias no transporte urbano, aumento da malha viária, expansão do subúrbio e estações de trens, calçamentos, novos e modernos edifícios à moda dos europeus e estadunidenses, como afirma Lima Barreto em seu Diário Íntimo (1952) e conhecido também na obra ficcional Triste Fim de Policarpo Quaresma (1911). O conceito de “política higienista” relacionada com as precárias condições sanitárias das habitações urbanas, especialmente as coletivas e a denominação que se referia aos marginalizados de “classes perigosas”, foram elementos utilizados para justificarem as perseguições aos pobres que habitavam ainda o centro da Capital Federal.

PALAVRAS-CHAVE: eugenia; literatura; sociedade; educação; sociologia urbana.

LIMA BARRETO AND THE DANGEROUS CLASSES: RACISM AND EUGENICS IN THE DAILY LIFE OF THE NATIONAL CAPITAL

ABSTRACT: The end of the 19th century and the beginning of the 20th century was a moment of great transformation in Rio de Janeiro. The demographic growth in the capital of the country provoked by the great migratory movement and immigration accelerated the process of urban modernization and the real estate expansion. In the wake of all this came the need for intense social and structural reforms. They came with improvements in urban transportation, increased road network, suburban expansion and train stations, footwear, new and modern buildings in the style of Europeans and Americans, as stated by Lima Barreto in his Diário Íntimo (1952) and also known in the work fictional Sad End of Policarpo Quaresma (1911). The concept of "hygienist politics" related to the precarious sanitary conditions of urban dwellings, especially the collective ones, and the denomination referring to the marginalized of "dangerous classes", were elements used to justify the persecutions to the poor that still inhabited the center of the Federal District.

KEYWORDS: eugenics; literature; society; education; urban sociology.

¹ Professor Efetivo - Escola Pública do Estado de São Paulo. E-mail: jorgeunespnt@gmail.com

² Professor do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Campus de Rio Claro. Doutor e Mestre em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Especialista em Administração pela Universidade São Judas Tadeu (USJ-SP), Bacharel em Administração pelo Cento Universitário Central Paulista (UNICEP) e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Foi Diretor-Geral do Cento Universitário Central Paulista UNICEP (2000-2005), Diretor e Diretor-Adjunto do Centro de Economia e Administração (CEA) da Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC-Campinas (2009- 2010). Tem experiência em Sociologia, Educação e Administração, tendo pesquisado sobre os seguintes temas: Ensino Superior; Gestão Educacional; Cinema, Educação e Sociedade; Cinema na Escola e Ensino de Administração. Foi membro do Conselho Editorial da Revista Educação: Teoria e Prática. E-mail: jose.aragao@unesp.br

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo propicia o entendimento sobre dinâmica cotidiana dos diferentes grupos sociais que habitavam o estado fluminense, que também era parte do cenário e enredo vivido pelo major Quaresma, personagem principal do romance autobiográfico de Lima Barreto.

A população do Rio de Janeiro era formada por pessoas de diferentes condições sociais, que muitas vezes, conviviam lado a lado em moradias coletivas e insalubres, antes da revitalização urbana promovida pelo poder público.

Vamos nos ater, principalmente, em dois tópicos importantes: a denominação “política higienistas” (eugenia), utilizada como argumento discriminatório às populações mais pobres moradoras na região central do Rio de Janeiro, bem como o conceito “classes perigosas”, denominação preconceituosa utilizada para estigmatizar grupos sociais já marginalizados.

Estes dois conceitos – “política higienista” e “classes perigosas” - foram fatores importantes para justificar a expulsão das populações pobres do centro da capital nacional para lugares afastados, bem como favorecer a exploração imobiliária que veio atender aos interesses de políticos e empresários daquele Rio de Janeiro de “Triste Fim de Policarpo Quaresma”.

A necessidade da revitalização da Capital do país trouxe benefício, mas ao mesmo tempo trouxe constantes transtornos aos moradores e pequenos comerciantes do centro urbano.

A intensa campanha de desalojamentos das populações, arrancadas a fórceps de seus lares, foi legitimada pelo Estado, amparado pela força policial e por uma junta de médicos conhecidos como higienistas, comandados pelo médico sanitário Oswaldo Cruz. Tiveram também o apoio do legislativo fluminense e de empresários do ramo imobiliário, que teriam interesse em explorar, economicamente, os grandes terrenos que agora seriam arejados dos pardieiros insalubres (CHALHOUR, 1995).

A expressão “Bota Abaixo” foi um método de reestruturação da cidade, promovida pelo então prefeito da época, Francisco Pereira Passos, para substituir os velhos cortiços por novas moradias, ruas mais largas e amplas e prédios comerciais. Com isto, casas foram derrubadas e seus moradores expulsos para as regiões mais

afastadas dos grandes centros urbanos, formando as conhecidas favelas, hoje comunidades da Capital Fluminense.

Com a justificativa para promoverem essa espécie de êxodo, utilizaram como argumento o conceito de política higienista, argumento racista que culpava os mais pobres, sobretudo os negros, pelas epidemias de febre amarela, varíola e malária que assolavam a Capital Federal. Derrubar, higienizar, ordenar, expulsar, demolir, civilizar, perseguir e limpar era motes para o “Bota Abaixo”.

O grupo que se formava ao entorno das calamidades sociais no centro da Capital Federal, aquele discriminado pela eugenia, foi denominado “classes perigosas”. Juntavam-se a este grupo os marginalizados desempregados, furtadores, mendigos, ex-escravos, prostitutas, estrangeiros pobres, crianças das ruas, trabalhadores nas estivas e pedreiras.

O processo de expulsão dos mais pobres para as encostas e cabeceiras de morro amparado pelos conceitos de eugenia e classes perigosas, gerou sérios problemas sociais que ainda hoje, após mais de séculos, estão presentes em nossa sociedade, sobretudo para os mais pobres, os tipos sociais que por séculos foram marcados, estigmatizados pela ação do preconceito, moradores do subúrbio³ carioca, pessoas que muitas vezes serviram de tipos alegóricos para as produções literárias do escritor fluminense Lima Barreto, sobretudo em “Triste Fim de Policarpo Quaresma”.

2 CLASSES PERIGOSAS E O BOTA ABAIXO

A república oligarca sob o comando do prefeito de então, Francisco Pereira Passos desejava realizar o embelezamento e a modernização da cidade, e, para que isso pudesse acontecer, muitos moradores pobres dos cortiços e casebres da região central do Rio de Janeiro foram expulsos. Sobretudo das áreas mais valorizadas. O Bota Abaixo veio para mudar completamente a visão que se tinha do centro urbano, “cartão postal do Brasil”.

Derrubaram morros, alongaram e prolongaram ruas e avenidas como a Sacramento (posteriormente a avenida Passos), avenida Mem de Sá, Marechal Floriano, Salvador de Sá. A Rio Branco veio para unir mar a mar, do Porto na

³ SCHWARCZ, Lília Moritz. Da minha janela vejo o mundo passar: Lima Barreto, o centro e os subúrbios. Estudos Avançados 31 (91), 2017. p. 124.

Prainha estendendo-se até a avenida Beira mar. As avenidas Francisco Bicalho e Rodrigues Alves foram abertas e alongadas. “Veio depois a megalomania dos melhoramentos apressados, dos palácios e das avenidas, o que atraiu para a cidade milhares e milhares de trabalhadores rurais.” (BARRETO, 1952, p. 153).

Se a revitalização (modernização) trouxe ruas mais largas, edifícios mais modernos e adaptados ao gosto dos ricos fluminenses⁴, melhoramentos na malha viária urbana e no transporte público, no entanto, deu-se também início a uma forma desordenada de habitação que até então, pouco se conhecia na capital do Brasil.

Moradias precárias foram construídas tanto no alto como nas encostas dos morros que ainda não haviam sido arrasados, outras foram edificadas em lugares afastados, que só vieram agravar, ainda mais, os problemas relacionados à pobreza e a violência, principalmente. Além disso, com os melhoramentos das condições urbanas, a população rural que vivia da vida precária e sofrida no campo, tratou de migrar para onde imaginava que houvesse melhores condições para se viver. No entanto, o que encontraram na cidade foi a marginalização. Embora Barreto (1952) diga o contrário, ao afirmar que na cidade as populações rurais teriam mais garantias: “Na cidade, eles têm mais garantias, não estão sujeitos a mandões tirânicos e caprichosos e as autoridades são mais caprichosas. Mais ainda: nas cidades, há hospitais, maus, é verdade, mas os há. Na roça não há nada disso”. (BARRETO, 1952, p. 153).

O campo, a roça é um depósito de preconceitos e supertições sociais. Na cidade, dá-se o oposto: há sempre uma ebulição de ideias, sentimentos – coisa muito favorável ao desenvolvimento humano. O campo é a estagnação; a cidade a evolução. (BARRETO, 1952, p. 153).

Assim:

Se é verdade que certas elites se transferiram para os arredores próximos; já os subúrbios, nomeadamente os mais afastados, foram dominados por um contingente formado de pobres, e sobretudo negros, muitos deles recém-saídos do sistema escravista, trabalhadores nacionais e imigrantes, funcionários públicos de médio e baixo escalões. O crescimento das favelas também convive e faz parte da expansão dos subúrbios cariocas. Já no final do século XIX registros mostram sua presença não só na área central do Rio de Janeiro – os morros da Favela e de Santo Antônio –, como nas faixas suburbanas da cidade. (SCHWARCZ, 2017, p. 126).

O grupo de moradores expulsos dos cortiços insalubres do centro urbano, que foi viver em lugares extremamente degradantes, segundo Chalhoub (1996), recebeu

⁴ MALTA, Marize. Arte doméstica: modos de morar em fins do século XIX no Rio de Janeiro e a casa de Rui Barbosa (Escola de Belas Artes / Universidade Federal do Rio de Janeiro).

a alcunha de classes perigosas, assim, embora cidadãs da capital federal, eram agora renegadas ao isolamento, onde a invisibilidade social tratou de concluir o processo de exclusão e marginalização das mesmas.

A expressão "classes perigosas" parece ter surgido na primeira metade do século XIX. A escritora inglesa Mary Carpenter, por exemplo, em estudo da década de 1840 sobre criminalidade e "infância culpada" — o termo do século XIX para os nossos "meninos de rua"—, utiliza a expressão claramente no sentido de um grupo social formado à margem da sociedade civil. Para Mary Carpenter, as classes perigosas eram constituídas pelas pessoas que já houvessem passado pela prisão, ou as que, mesmo não tendo sido presas, haviam optado por obter o seu sustento e o de sua família através da prática de furtos e não do trabalho. Em suma, a expressão é utilizada aqui de forma bastante restrita, referindo-se apenas aos indivíduos que já haviam abertamente escolhido uma estratégia de sobrevivência que os colocava à margem da lei. (CHALHOUB, 1996, p. 20).

A preocupação com a política de higienização que se aplicou no centro da capital, como justificativa para eliminar todas as moléstias provocadas pela população pobre, não se aplicou nos morros posteriormente, onde as condições insalubres na vida dos moradores perduram ainda nos dias de hoje.

Não é sem razão que a desordenada infraestrutura urbana das comunidades pobres do Rio de Janeiro, nos dias de hoje, apresenta-se aos governantes como um dos principais de desafio para resolução, além de outros problemas ainda mais graves e urgentes como o crime organizado, milícias, pobreza, violência relacionada ao tráfico de drogas e violência policial, déficit de moradias, entre outros.

Hoje não são apenas os atos das denominadas classes perigosas que atormentam e tiram o sono da burguesia carioca, mas uma gama de questões que perpassam o simplismo de uma reforma urbana ou mesmo social, que poderia empurrar todos os problemas do Rio de Janeiro para baixo de um tapete imaginário, como tentaram fazer com o Bota Abaixo naquele século cujos acontecimentos foram tão bem descritos e imortalizados na obra de Lima Barreto.

Se o conceito classes perigosas era utilizado para designar pessoas que cometiam crimes, na criação Mary Carpenter, no Rio de Janeiro, esta mesma designação serviu para estereotipar, sobretudo, os remanescentes da escravidão e os estrangeiros marginalizados: portugueses, espanhóis que aqui chegavam em grande número naquele século XIX⁵.

⁵ Ver. SCHWARCZ, LILIA Moritz. Da minha janela vejo o mundo passar: Lima Barreto, o centro e os subúrbios. Estudos Avançados 31 (91), 2017.

Assim, classes perigosas passaram a serem chamados grupos específicos de pessoas, onde a pobreza se estabelecia como padrão de degradação econômica e social, e os vícios considerados fatores de degradação moral e ético. Estes grupos foram também retratados em diferentes momentos pelo escritor Lima Barreto, tanto em seus romances e crônicas na imprensa local, como em seu diário íntimo. Aliás, o próprio escritor era parte destes grupos.

Para Chalhoub (1995), na observação da alta classe social fluminense, ser pobre era fator preponderante para fazer parte dos grupos considerados classes perigosas. A pobreza provocava medo por diferentes circunstâncias: possíveis revoltas sociais, receio de contágio por doenças epidêmicas, a violência física entre outras. Há ainda hoje a necessidade de se realizar estudo de caso para saber e entender, quais tipos de sentimentos a população pobre provoca nos indivíduos de classe média ou rica, além, é claro, da repulsa natural relacionado à pobreza e a outros fatores ligados a ela: doença, crime e vícios.

As classes pobres e viciosas, diz um criminalista notável, sempre foram e não de ser sempre a mais abundante causa de todas as sortes de malfeitores: são elas que se designam mais propriamente sob o título de — classes perigosas —; pois quando mesmo o vício não é acompanhado pelo crime, só o fato de aliar-se à pobreza no mesmo indivíduo constitui um justo motivo de terror para a sociedade. O perigo social cresce e torna-se de mais a mais ameaçador, à medida que o pobre deteriora a sua condição pelo vício e, o que é pior pela ociosidade. (CHALHOUB, 1996, p. 21).

Para Chalhoub (1996) as classes pobres não passaram a ser vistas como classes perigosas apenas porque poderiam trazer problemas para a organização do trabalho e a manutenção da ordem pública. Os pobres ofereciam também, perigo de contágio provocado por repentinas epidemias que assolavam as áreas mais populosas da capital federal. Por um lado, o próprio perigo social representado pelos pobres aparecia no imaginário político brasileiro de fins do século XIX, através da metáfora da doença contagiosa.

Para Pinto (2017), o Rio de Janeiro nos fins do século XIX até a primeira década do século XX era habitado por aproximadamente um milhão de pessoas. Populosa e deficitária em relação à limpeza e cuidado de higiene, a capital convivia constantemente com os surtos de doenças como a malária, varíola, a febre amarela entre tantas outras moléstias que afetavam a vida da população.

Por outro lado, os pobres passaram a representar perigo de contágio no sentido literal mesmo. Os intelectuais-médicos grassavam nessa época como miasmas na putrefação, ou como economistas em tempo de inflação: analisavam a "realidade", faziam seus diagnósticos, prescreviam a cura, e estavam sempre inabalavelmente convencidos de que só a sua receita poderia salvar o paciente. E houve então o diagnóstico de que os hábitos de moradia dos pobres eram nocivos à sociedade, e isto porque as habitações coletivas seriam focos de irradiação de epidemias, além de, naturalmente, terrenos férteis para a propagação de vícios de todos os tipos. Ao que parece, os administradores da Corte começaram a notar a existência de cortiços na cidade nos primeiros anos da década de 1850. (CHALHOUB, 1996, p. 29).

A solução encontrada pelos urbanistas (higienistas) para solucionar todos os males relacionados à saúde pública e ainda modernizar o centro do Rio de Janeiro, foi demolir grande parte das velhas construções formadas por casarões, cortiços e demais moradias coletivas, que dariam espaços para os prédios modernos, linhas de trens, ruas amplas nos moldes de Paris, cidade visitada pouco tempo antes por Pereira Passos, que frequentara lá alguns cursos de engenharia e acompanhara Georges Haussmann, engenheiro que fizera uma verdadeira revolução urbanística no centro da "Cidade Luz".

As melhorias nas malhas viárias e a expansão de trilhos e multiplicação das estações de trens, segundo Schwarcz (2017), foram fatores preponderantes para a expansão urbana e aumento dos bairros nos subúrbios fluminense. "A linha do trem é, assim, e ao mesmo tempo, um traçado geográfico, simbólico e identitário que demarca projetos de inclusão e de exclusão social". (SCHWARCZ, 2017, p. 123).

Se por um lado as autoridades políticas e higienistas acreditavam que os diversos problemas ocasionados pelas constantes epidemias no centro urbano seriam resolvidos com o fim das moradias coletivas, viam também uma grande oportunidade para a exploração imobiliária mais ampla e restrita, voltada a um grupo específico de pessoas privilegiadas. Pois, com a demolição das velhas edificações, os terrenos amplos e já com benefícios de urbanidade, seriam supervalorizados ainda mais, aptos para a produção de moradias de alto padrão e prédios comerciais que viriam posteriormente.

Como vemos em Chalhoub (1996), a posição dos higienistas contrários às habitações coletivas interessou também aos grupos empresariais, sempre atentos às oportunidades de investimentos. Enfim, a grande oportunidade para o provimento da infraestrutura indispensável à ocupação de novas áreas da cidade do Rio de Janeiro.

Atraídas pelo baixo valor dos lotes de terreno, e pelo transporte ferroviário mais fácil e barato, uma população numerosa foi ocupando a região. Criaram-se também hierarquias internas, com alguns bairros considerados menos providos de infraestrutura – como Cascadura, por exemplo – e outros tidos como até elegantes. Esse seria o caso de Boca do Mato – conhecido por conta de seu clima serrano como “Suíça suburbana” ou “Europa dos pobres” –; Jacarepaguá, Tijuca, Gamboa, e em certo sentido o amplo distrito do Méier. Os bairros menos equipados são, não por coincidência, os mais distantes do centro e povoados por uma população pobre e imigrante, que sai do Rio com a Reforma Passos ou mesmo com o final da escravidão. Já as vizinhanças mais “aristocráticas” seriam habitadas pelas elites que teriam optado por viver em chácaras ajardinadas –, assim como um vasto funcionalismo público, resultado da grande oferta de empregos administrativos na capital. (SCHWARCZ, 2017, p. 127).

Apesar dos grandes transtornos provocados e a revolta de grande parte da população afetada, a ciência dos higienistas vinha legitimar as pretensões dos empreendedores imobiliários, que insistiam na necessidade de uma terapia radical no centro da cidade, e “ao enfatizar sempre que a destruição das moradias consideradas insalubres e a diminuição da aglomeração de pessoas naquela área eram os dois motes essenciais de tal terapia”. (CHALHOUB, 1996, p. 52).

De qualquer forma, as versões explicitam para além de qualquer dúvida que higienistas e agentes imobiliários estavam unidos pelas reformas urbanas e contra os corticeiros. Se eu fosse um autor dado a grandiloquências teórico-estilísticas, teria escrito que acabamos de reconstruir, em parte, o processo histórico de formação da aliança entre a Ciência e o Capital, aliança que seria essencial às transformações urbanas “radicais” — no sentido da hostilidade em relação às “classes pobres” e à cultura popular em geral — do início do século XX no Rio. Mas eu não sou um autor grandiloquente, e logo não fica escrito aquilo que escrevi, apesar de tê-lo provado. (CHALHOUB, 1996, p. 52).

A higienização chegara para incomodar aquela “fauna menos observada da nossa vida, sobre o qual a miséria paira com um rigor londrino”. (BARRETO, 2002, p. 80), apontada por Lima Barreto em “Triste Fim de Policarpo Quaresma”.

Beckheuser (1906) definia a situação dos cortiços e seus moradores da seguinte forma:

E assim reunida, aglomerada, essa gente, trabalhadores, lavadeiras, costureiras de baixa freguesia, mulheres de vida reles, entopem ‘as casas de cômodos’, velhos casarões de muitos andares, divididos e subdivididos por um sem número de tapumes de madeira, até nos vãos de telhados, entre a cobertura carcomida e o ferro carunchoso. Às vezes, nem as divisões de madeira; nada mais que sacos de anagem estendidos verticalmente em septo, permitindo quase a vida em comum, em uma promiscuidade de horrorizar. (BACKHEUSER, 1906).

Para Chalhoub (1996), à burguesia, juntamente com o poder público e os médicos higienistas, coube o aval para as demolições e expulsão das populações

empobrecidas. Sem poder e influência política e econômica, não havia o que fazer a não ser reclamar. A demolição da maioria das habitações do centro urbano do Rio de Janeiro ocorreu sem nenhuma reparação ou indenização, nada foi pago aos afetados pela desapropriação dos imóveis habitados. Médicos sanitaristas e policiais, unidos, agiam como esquadrões da limpeza. Quem não abandonava a habitação por bem, era arrancado a força ou permitir-se que paredes e telhados caíssem por cima da cabeça. Muitos comerciantes tentaram resistir ao avanço desenfreado das reformas, porém, poucos tiveram êxito.

A rebelião de grande parte da população prejudicada chegou logo mais, naquilo que se denominou a Revolta da Vacina.

O processo de reurbanização do Rio de Janeiro exemplifica o aspecto autoritário e excludente das políticas estatais verificadas durante a República Oligárquica, expulsando da área de expansão da modernidade capitalista os grupos sociais considerados perigosos à ordem. Porém, esses grupos não aceitariam passivamente a situação, e a Revolta da Vacina de 1904 deu mostras da resistência da população explorada do Rio de Janeiro a essa situação. (PINTO, 2016).

Essas mudanças e seus principais problemas, não passaram despercebidos à ótica do escritor pré-modernista Lima Barreto, que perambulando pelo centro da cidade, observava e registrava tudo, para depois reproduzir em seus diversos escritos literários. O Diário íntimo (1952) do escritor mulato, alcoólatra e pobre é repleto de narrativas que transcorrem de uma estação a outra dos subúrbios da capital federal. Lima Barreto descreve as pessoas: fisionomias, vestimentas e comportamentos sociais. Conta de sua relação com elas e faz apontamentos bastante pessoais. Narra acontecimentos e descreve aspectos importantes da cidade. Sua vida apresenta-se num ir e vir de um canto a outro do Rio de Janeiro, conversando com pessoas, subindo e descendo dos trens, sucessivamente.

Em alguns escritos sua vizinhança representa a pureza não conspurcada pela “civilização artificial do Rio”; em outros, os subúrbios não passam de locais com hábitos atrasados e pouco preparados para uma nova modernidade. E a mesma ambivalência é demonstrada nos escritos sobre o “centro”; considerado por Lima como um local de práticas estrangeiradas e importadas, é também o espaço para seu projeto de sucesso na literatura. (SCHWARCZ, 2017, p. 127).

Lima Barreto acompanhou todo o processo de mudanças estruturais e sociais em sua terra natal. Participa, intensamente, dos movimentos de transformações a

sua volta, como a assinatura da Lei Áurea, quando ainda tinha sete anos de idade e fora ver o acontecimento ao lado do pai.

O escritor narrara o fato mais tarde: ... “dias antes da data áurea, o 13 de maio, meu pai chegou em casa e disse-me: a lei da abolição vai passar o dia de teus anos. E de fato passou; e fomos esperar a assinatura no Largo do Passo”. (BARBOSA, 1981, p. 34).

É bem provável que o escritor introspectivo, em muitos momentos de sua vida, andava a cata de tipos sociais, personagens alegóricos que iriam tomar parte nos seus romances. Era através das observações das janelas dos trens quando ia de um canto a outro do subúrbio, que Lima Barreto estruturava a sua obra. Acompanhava de perto o cotidiano político e social de sua cidade e escrevia sobre ele nos diversos jornais do Rio de Janeiro, bem como nas revistas especializadas, livros e folhetins. Suas crônicas sobre o cotidiano da capital federal e do Brasil, estão em obras como *Marginália* (1952).

3 POLÍTICAS SANITARISTAS: EUGENIA

O hábito pelos debates encontrou um campo fértil nos meios intelectuais em fins do século XIX. Um dos temas em voga naquela primeira década deste século fora a Eugenia. Primeiramente entre os paulistas, segundo Stepan (1990), depois no Rio de Janeiro com a participação do médico sanitарista Oswaldo Cruz, conhecido posteriormente por ser personagem importante na conhecida Revolta da Vacina ocorrida na capital federal em início do século XX.

As teorias sobre o racismo no século XIX trazidas ao Brasil pelo francês Gobineau⁶ ganharam bastante projeção e foram temas intensamente estudados pelos meios intelectuais e científicos - tanto em São Paulo e posteriormente no Rio de Janeiro

Desde o momento em que chegou, em 1868, o aristocrata tinha relações estritamente profissionais com seus colegas de trabalho na embaixada francesa, se relacionando de forma mais direta apenas com o imperador, e seu amigo, D. Pedro II. Isso se devia ao seu próprio pensamento acerca das relações raciais, extremamente hierárquico do ponto de vista da diversidade racial e enfático na superioridade da raça ariana. Lidava de forma extremamente discriminatória em relação aos brasileiros, em sua visão,

6 A extinção dos brasileiros segundo o conde Gobineau The extinction of the Brazilian according to count Gobineau. Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 21-34, jan | jun 2013.

mestiços e impregnados de sangue negro, carentes de civilização e impossibilitados de alcançá-la. (AMORIM, 2013, p. 68).

Freyre (2004), explicou e buscou justificar - de modo aprofundado - a importância da miscigenação na construção da sociedade brasileira, em se tratando de cultura e convívio social. O escritor traça a formação da nossa sociedade, sobretudo na constituição da família que tinha por base o patriarcado.

A miscigenação dos elementos sociais, numa formatação de constituição biológica, emoldurou a vida colonial tendo o elemento português, indígena e africano como impulsionadores da nossa constituição social. Essa mistura étnica é que deu a face da nossa civilização: nossa cultura, religião, formas de trabalho e convívio, numa hibridização nunca vista.

No célebre *Casa-grande e senzala*, lançado em 1933, o autor apontava as contribuições da população negra e dos índios – em menor medida – à cultura nacional, deixando de empregar as teorias racialistas, típicas da segunda metade do XIX, e acabando com a taxação negativa da mestiçagem. Ao contrário, Freyre agora via no mestiço um salto qualitativo, pois, somente com a miscigenação os portugueses teriam conseguido aguentar o clima tropical e as condições precárias as quais estavam expostos. De vilão a herói, essa foi a epopeia do mestiço na obra freyreana. (AMORIM, 2013, p. 70).

Contudo, a emancipação escrava configurou-se elemento de grandes transformações no país, e tal impacto demográfico, aprofundou ainda mais as diferenças entre grupos sociais, dando forma às correntes de pensamentos que pretendiam definir uma pretensa identidade nacional com base no branqueamento da sociedade brasileira, incentivada com a chegada de estrangeiros no país, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo.

No que tange a derrubada dos grandes cortiços já tratado anteriormente, fora realizada, também, com os argumentos de se combater os surtos e focos de doenças instados em ambientes salubres, sujos, infestados de insetos e ratos, onde viviam os grupos sociais já conhecidos nas crônicas de João do Rio (1995) e em Barreto (2002), tratados como “fauna desconhecida” pelo autor de “Triste Fim Policarpo Quaresma”.

O controle sobre o pobre e a habitação popular se baseava na crença generalizada de que a “casa imunda” e o cortiço eram os focos de origem dos surtos epidêmicos e dos vícios. A vida miserável, a falta de hábitos de higiene corporal e a imundície de sua casa eram sinais de que o proletariado não tinha condições de gerir sua vida, sendo necessária à intervenção redentora dos especialistas. Dessa forma, os cortiços eram vistos tanto como um problema para o controle social dos pobres quanto como uma ameaça para as condições higiênicas da cidade. (MACHADO, 2011, P. 12).

Para Chalhoub (1996) o motivo e justificativa para a demolições intensa dos velhos prédios da capital federal trazia implícito outros interesses, além, é claro, do saneamento e embelezamento da cidade. Visavam, antes de tudo, fatores econômicos e sociais, como a exploração imobiliária, e de fundo, expulsar os pobres do centro da cidade, para regiões inóspitas do Rio de Janeiro numa limpeza étnica sem igual. Tanto é verdade que se descobriu uma intensa sintonia – se é o que podemos dizer – entre empresários do ramo imobiliário e os médicos sanitaristas. Dois grupos impelindo o movimento pela higienização e derrubada dos grandes cortiços.

Para estas pessoas era preciso sanear, limpar a capital federal da sujeira recorrente, provocada – não pelos despejos constantes de dejetos nas ruas – mas por aquela provocada, sobretudo, pela miscigenação e pela alta concentração de moradores de habitações coletivas que dia e noite perambulavam pelas ruas e praças do centro do Rio⁷, isto segundo as autoridades políticas, médicas e a própria polícia. Por outro lado, aquilo renderia vastas áreas a serem exploradas economicamente.

Para Azevedo (2010), na primeira metade do século XIX o poder público estimulava a ocupação irregular nos espaços não habitados da zona urbana. A municipalidade assumira durante toda primeira metade do século XIX, “a precariedade de um sistema de serviços públicos baseados na mão-de-obra escrava, sustentando, de maneira contraditória, um ideal civilizador com o trabalho cativo”. (AZEVEDO, 2010, p. 13). A incapacidade do poder público em atender as necessidades básicas da população como moradia, atendimento médico, limpeza pública e saneamento básico (rede de esgoto e água tratada) levou-o a fechar os olhos para as ocupações irregulares em todos os cantos da cidade.

O crescimento demográfico nas zonas urbanas, aliado ao desapego a limpeza e as condições higiênicas e a ausência de serviços que promoviam o asseio urbano - além dos tigreiros - veio o caos.

A precariedade ou a ausência da oferta de serviços sanitários básicos por parte do poder público também foi um estímulo à educação da sociedade para uma cultura de indisciplina no uso do espaço da cidade e de

⁷ RIO, João do. A alma encantadora das ruas. Secretaria Municipal de Cultura. Dep. Geral de Doc. e. inf. Cultural, Divisão de editoração, 1995. Coleção Biblioteca Carioca, 3 ed., (1995).

irresponsabilidade para com a sustentação do bem-estar da sua comunidade. Muito comuns nas ruelas estreitas e sinuosas do Rio de Janeiro eram as cenas de moradores despejando bacia de urina da janela do sobrado no espaço público da rua. Comum também eram as cenas de cariocas urinando em pleno centro da cidade e atirando lixo a esmo nas vielas e nos rios. A ausência ou precariedade de um sistema de coleta pública do lixo e de esgotamento sanitário afigurou-se o principal fomentador de tais práticas que, desnecessário frisar ao cidadão carioca que nos lê neste início de século, perduram na cidade, gozando ainda nos tempos atuais de grande tolerância do poder público e da sociedade. É interessante também notar que essa relação indisciplinada com o uso do espaço urbano está presente em maior ou menor número, em todos os segmentos sociais da cidade, configurando-se em muito mais do que um traço de uma classe social, mas um liame de fato da cultura urbana do Rio de Janeiro. (AZEVEDO, 2010, p. 13).

As moradias extremamente precárias que se alastraram de modo irregular, prepararam o cenário para a necessidade das reformas, organização e ordenamento habitacional e populacional, posteriormente.

Para Chalhoub (1996), o discurso dos higienistas contra as habitações coletivas interessou sobremaneira, ainda mais aos grupos empresariais atentos às oportunidades de investimentos abertas com a expansão e as transformações da malha urbana da Corte. Ela diz ainda que haveria no processo um enorme potencial para a especulação na construção de moradias e no provimento da infraestrutura indispensável à ocupação de novas áreas da cidade. À prestigiosa ciência dos higienistas parecia legitimar as pretensões dos empresários ao insistir na necessidade de uma terapia radical no centro da cidade, e ao enfatizar sempre que a destruição das moradias consideradas insalubres e a diminuição de aglomeração de pessoas naquela área eram os dois motes essenciais desta terapia.

Outra questão era ainda a necessidade urgente de incomodar, desestabilizar, desorganizar e extinguir as chamadas classes perigosas. Um risco crescente de revolta e, posteriormente, uma convulsão social que poderia trazer imensos dissabores àqueles com a vida, de certa forma, estabilizada.

E é preciso ao menos mencionar um outro motivo para a truculência contra os cortiços neste contexto: tais habitações foram um importante cenário da luta dos negros da Corte contra a escravidão nas últimas décadas do século XIX. Em outras palavras, a decisão política de expulsar as classes populares das áreas centrais da cidade podia estar associada a uma tentativa de desarticulação da memória recente dos movimentos sociais urbanos. (CHALHOUB, 1996, p. 25 -26).

O medo dos ricos não era sem razão, visto que os diversos cortiços do centro do Rio de Janeiro, aos poucos, se transformavam em ambientes de união e

confraternização de pessoas cultivadoras de uma certa revolta com toda a sua difícil situação.

São vários os exemplos de escravos que moravam em cortiços, ou que tinham suas amásias morando em cortiços; além disso, encontram-se famílias de ex-escravos que conseguiam se reunir e passar a morar juntos em habitações coletivas após a liberdade. Com frequência, era nestas habitações que os escravos iam encontrar auxílios e solidariedades diversas para realizar o sonho de comprar a alforria a seus senhores; e, é claro, misturar-se à população variada de um cortiço podia ser um ótimo esconderijo, caso houvesse a opção pela fuga. Em suma, o que estou querendo sugerir é que o tempo dos cortiços no Rio foi também o tempo da intensificação das lutas dos negros pela liberdade, e isto provavelmente teve a ver com a histeria do poder público contra tais habitações e seus moradores. (CHALHOUB, 1996, p. 27-28).

O medo não era sem razão. A Revolta da Vacina, por exemplo, fora um movimento que agregava diferentes sentimentos dentro de si, e não apenas a contradição do povo em relação ao médico sanitário Oswaldo Cruz e seu trabalho de vacinar a população contra a febre amarela.

O escritor Lima Barreto acompanhou todo esse movimento social, registrou e descreveu-o em suas crônicas publicadas em diversos jornais da época, bem como denunciou os abusos provocados por esta mudança, em toda sua obra. Além de ter chamado a atenção das autoridades para a resolução de problemas sociais e estruturais.

Quisera até mesmo escrever a história dos negros no Brasil. Uma espécie de *Germinal*, um épico contando toda a trajetória dos escravos africanos que vieram obrigados para o nosso país, bem como a sua influência na cultura nacional.

Eu sou Afonso Henriques de Lima Barreto. Tenho 22 anos. Sou filho legítimo de João Henriques de Lima Barreto. Fui aluno da Politécnica. No futuro, escreverei a História Negra no Brasil e sua influência na nossa nacionalidade. (BARRETO, 1953, p. 9).

Em relação ao racismo pautado nos movimentos de Eugenia daquele século XIX, acompanhado parcialmente por Lima Barreto, ainda hoje, como podemos perceber em nosso cotidiano, há em alguns segmentos sociais, certo rescaldo de concepções racistas. Tanto é verdade que as leis contra o racismo deixaram de ser brandas para tomarem aspectos de punições mais severas. Racismo hoje no Brasil pode levar à cadeia, pois há leis que naquele século da Eugenia não poderiam existir.

O mito da Democracia racial, há muito combatido e desqualificado, perdura

ainda hoje no imaginário social, sobretudo na concepção dos grupos de pele branca.

Florestan Fernandes aponta para o caráter hipócrita da formulação, mostrando que o mito baseia-se na afirmação de que a ordem social competitiva é aberta a todos igualmente, forjando-se a crença de que há um paralelismo entre a estrutura social e a estrutura racial da sociedade brasileira. [...] O mito da democracia racial funda uma consciência falsa da realidade, a partir da qual “acredita-se” que o negro não tem problemas no Brasil, já que não existem distinções raciais entre nós, e as oportunidades são iguais para todos. [...] Não se trata de uma formulação sem sentido. Serve a uma constelação de interesses, entre os quais isentar as elites de culpas e evitar a realização efetiva da integração racial democrática. É a forma pela qual as elites exorcizam a ameaça dos movimentos sociais (BASTOS, 1987, p. 148).

Para (Oliveira 2018), o negro muda em função de uma história que não é a sua, sim, a história do branco. O negro brasileiro é um homem dilacerado, dividido. Socializado sob a força da cultura dominante do branco, e, desde cedo ele aprende a internalizar os modelos, os valores, os ideais dos brancos. Sofre um processo de embranquecimento psíquico compulsório: “existe nele um brancor”; ele deveria ser uma coisa, no entanto, ele é outra. “É triste não ser negro”. (BARRETO, 1953, p. 91).

Por fim, aspectos da eugenia abordada na concepção características das classes perigosas, reconhecidas naquele século XX, ainda hoje, são encontrados em diversas faces do preconceito social. Estão implícitas no racismo coletivo, e às vezes, explícitas em atos de discriminação racial e social no confronto entre diferentes grupos sociais.

Naquela época classes perigosas eram consideradas os pobres, ladrões, prostitutas, pedintes e miseráveis de toda a ordem, porém, podemos incluir-se neste grupo de pessoas, os próprios trabalhadores (estrangeiros e brasileiros), que cuidavam dos afazeres mais degradantes.

Trata-se, como queira, de um capítulo a parte na história do Brasil, que pode ser utilizado para mostrar o processo de degradação a que os mais pobres moradores do centro da capital federal estavam sujeitos, naquele Rio de Janeiro do século XIX.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do Rio de Janeiro é rica de informações que ajudam-nos a entender um pouco a dinâmica social do Brasil. Embora não seja ela a própria história do

país, complementa todo o processo históricos pela sua importância e riqueza, trazidos na avalanche de acontecimentos e transformações que mudaram não só a capital federal, mas todo o país. A começar pelo advento da República e todos os acontecimentos políticos e sociais posterior a ele.

A vida na capital do país no século XIX e início do século XX foi, praticamente, um “start” a uma espécie de modelação da nossa cultura, bem como voltou-se às grandes e importantes obras estruturais e modernas, que definiram também, medida para os diversos preconceitos e discriminações sociais. Entre elas a eugenia e denominação classes perigosas, utilizadas como justificativas sanitaristas (higienistas) a fim de demolirem as moradias antigas e precárias, que se de certa forma insalubres, havia nelas pessoas que não tinha outro lugar para se viver.

Os argumentos de limpeza, higienização e demolição vinham atender diversos interesses – tanto da classe política – como de empresários do ramo imobiliário.

A violência e desorganização com que se deu o Bota Abaixo de Francisco Pereira Passos trouxe problemas que ainda hoje são prementes na cidade do Rio de Janeiro: violência, marginalização dos moradores das comunidades, advindos das primeiras favelas daquele estado, desorganização imobiliária, enfim uma gama de problemas sociais praticamente insolúveis.

Citamos em nosso trabalho a obra de Lima Barreto porque esta, tendo seu cunho autobiográfico e jornalístico, auxilia no complemento das informações de outros tantos autores, utilizados aqui para a nossa fundamentação teórica. O escritor acompanhou todo o desenvolvimento da sua cidade natal, narrou situações históricas e o cotidiano da população, dando a nós, clareza de visão naquilo que pretendemos demonstrar, ou seja, os nossos objetivos. Lima Barreto e os personagens criados por ele foram a própria alma do Rio de Janeiro nos fins do século XIX e início do século XX, período de vida e de produção de um dos maiores percussores do Pré-modernismo brasileiro, consolidado através da Semana da Arte Moderna de 1922, ano da morte do criador de “Triste Fim de Policarpo Quaresma”, romance rico em detalhes sobre a sociedade carioca, sobretudo a burguesia daquele fim do século XIX.

A trajetória difícil dos primeiros trabalhadores nas indústrias fluminenses

também serviu de mote para a nossa pesquisa dos estudos sociais. Ex.escravos, estrangeiros, mulheres pobres, idosos e crianças que deram suas vidas na luta inglória do trabalho insalubre, braçal e pesado. Seres humanos se misturando às máquinas como numa metamorfose extraordinária nas crônicas de João do Rio (1995). As lutas operárias tiveram sua definição no sofrimento dos trabalhadores braçais, na ausência de direitos básicos, bem como moradia, saúde e condições melhores de sobrevivência e desempenho de suas funções.

REFERÊNCIAS

AMORIN, Diego Uchoa de. **Teorias Raciais no Brasil: um pouco de história e historiografia**. REVISTA CANTAREIRA - EDIÇÃO 19 / JUL-DEZ, 2013.

AZEREDO, Nunes André de. **O Rio de Janeiro do século XIX e a formação da cultura carioca**. Intellèctus. ISSN-e 1676-7640, vol. 9, n. 2, 2010.

BACKHEUSER, Everardo. **Habitações populares**. Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. J. J. Seabra, Ministro da justiça e Negócios Interiores. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000176&pid=S0101-4714201100010000200002&lng=pt. Acesso 12 dez. 2017.

BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto**. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora/INL – MEC. 1981.

BARRETO, Afonso Henriques de. **Diário do Hospício; O cemitério dos vivos**. São Paulo. Cosac Naify, 2010.

_____. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: Paulus, 2002.

_____. **Diário Íntimo**: Gráfica e Editora Brasileira Ltda. São Paulo. 1953.

_____. **Marginália**. Gráfica e Editora Brasileira Ltda. São Paulo. 1953.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FREIRE, Manoel. **O problema da identidade nacional em Triste fim de Policarpo Quaresma Manoel Freire**. Revista UNIABEU Belford Roxo V.5 Número 10 maio-agosto 2012.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal**. 49ª. ed. São Paulo: Global, 2004.

MACHADO, Gisele Cardoso de Almeida. **A difusão do pensamento higienista na cidade do Rio de Janeiro e suas consequências espaciais**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História ANPUH. São Paulo, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308340710_ARQUIVO_GiseleCardosodeAlmeidaMachado-ANPUH.pdf. Acesso em: 10 mar. 2019.

OLIVEIRA, Marinyze Prates. **Crime delicado: hibridizações entre cinema, literatura, teatro e pintura**. 2012. Disponível em: <http://www3.ufrb.edu.br/ebecult/wp-content/uploads/2012/04/Crime-Delicado-hibridiza%C2%8D%C2%9Bes-entre-cinema-literatura-teatro-e-pintura1.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2016.

PINTO, Tales. Modernização, expulsão e reurbanização do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://alunosonline.uol.com.br/historia-do-brasil/modernizacao-expulsao-reurbanizacao-rio-janeiro.html>. Acesso em: 14 maio 2017.

PRADO, Antonio Arnoni e HARDMAN, Francisco Foot (Orgs.) (1985). **Contos anarquistas: antologia da prosa libertária no Brasil (1901-1935)**. São Paulo: Brasiliense.

RIO, João do. **A alma encantadora das ruas: crônicas / João do Rio**. Rio de Janeiro: secretaria Municipal de Cultura. Dep. Geral de Doc. E Inf. Cultural, divisão de Editoração, 1995.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Racismo no Brasil**. São Paulo. Publifolha, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Da minha janela vejo o mundo passar: Lima Barreto, o centro e os subúrbios**. Estudos Avançados 31 (91), 2017.

SOUSA, Ricardo Alexandre santos de. **A extinção dos brasileiros segundo o conde Gobineau**. Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 21-34, jan | jun 2013.

STEPAN, NL. **Eugenia no Brasil, 1917-1940**. In: HOCHMAN, G., and ARMUS, D., orgs. **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe [online]**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. História e Saúde collection, pp. 330-391. ISBN 978-85-7541-311-1. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.